



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/n - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - http://www.tjto.jus.br

PROCESSO 20.0.000026513-7
INTERESSADO CONTROLADORIA INTERNA, CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA, DIRETORIA GERAL
ASSUNTO

Relatório Nº 83 / 2021 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIFIN/DIVPODG

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

Unidade Gestora - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

APRESENTAÇÃO

O Poder Judiciário do Estado do Tocantins apresenta o Relatório de Gestão do Exercício de 2020, em atendimento às disposições da Instrução Normativa nº 06, de 25 de junho de 2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

A prestação de contas foi realizada demonstrando, sucintamente, a execução das ações orçamentárias, bem como o cumprimento dos indicadores e das metas previstas no PPA 2020/2023.

Assim, as informações de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional do Relatório de Gestão foram consolidadas neste documento, que atestam seu desempenho operacional, bem como os resultados alcançados, demonstrando a efetiva utilização dos recursos orçamentários.

Neste relatório, apresentamos de forma estruturada, quadros demonstrativos, por programas, dos recursos orçamentários recebidos, das despesas realizadas, das formas de execução dos programas de trabalho, dos projetos e atividades viabilizados e da movimentação financeira.

1.1. O PPA e o Planejamento Estratégico do TJ-TO

São dois os Programas Temáticos:

- Efetividade da Prestação Jurisdicional
- Desenvolvimento Estratégico

1.1.1. Efetividade da Prestação Jurisdicional

Perspectiva Sociedade:

Macrodessafio:

Garantia dos direitos da cidadania - Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Perspectiva Processos Internos:

Macrodessafios:

Combate à corrupção e à improbidade administrativa - Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional - Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Adoção de soluções alternativas de conflito - Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes - Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas - Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, Juntas Comerciais, Cartórios de Registro de Imóveis e de Protesto de Títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações.

Aprimoramento da gestão da justiça criminal - Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

1.1.2. Desenvolvimento Estratégico

Perspectiva Recursos:

Macrodessafios:

Melhoria da gestão de pessoas - Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Aperfeiçoamento da gestão de custos - Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Instituição da governança judiciária - Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Melhoria da infraestrutura e governança de TIC - Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir a confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

1.2. Evolução: PPA 2012-2015 x 2020-2023

2012 - 2015		2020 - 2023
Eficiência e acesso ao sistema de justiça	>	Efetividade na prestação jurisdicional
Modernização tecnológica de infraestrutura e gestão de recursos	>	Desenvolvimento estratégico

O PPA vigente (2020-2023) está focado na efetividade na prestação jurisdicional e para isto promove o desenvolvimento estratégico. Para dar atendimento à crescente demanda e cumprir a missão de **garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz**, o Poder Judiciário estruturou o PPA vigente em dois Programas Temáticos, que serão adiante estratificados em objetivos, indicadores, metas e ações orçamentárias:

I) Efetividade da prestação jurisdicional

(II) Desenvolvimento estratégico.

EIXO ESTRATÉGICO: Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional

PROGRAMA TEMÁTICO: 1168 - Efetividade da Prestação Jurisdicional

Desafio do Poder Judiciário a materialização, na prática judiciária, do comando constitucional da razoável duração do processo, da garantia da prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como a elevação da produtividade dos servidores e magistrados.

Programa		1168 - Efetividade da Prestação Jurisdicional								
Objetivo		Promover práticas de resolução consensual de conflitos e demandas com a razoável duração do processo								
Justificativa										
Prazo de Execução										
META ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRA										
Ação		Recursos (R\$)						Metas Físicas		
Nº	Descrição	Orçamento LOA	Orçamento Inicial Autorizado	Contingenciado	Orçamento Final Autorizado	Executado	% útil	Prev.	Exec.	% útil
1077	Promoção da Efetividade da prestação Jurisdicional	3.462.468,00	3.462.468,00	0,00	2.624.045,00	2.611.664,34	99,52%	25,00%	24,88%	99,52%
2134	Promoção das Práticas de Resolução Consensual de Conflitos	654.000,00	654,00,00	0,00	66.470,00	57.787,34	86,93%	20,00%	17,38%	86,90%
TOTAL		4.116.468,00	4.116.468,00	0,00	2.690.515,00	2.669.451,68	99,21%	-	-	-

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: $\frac{R\$ 2.669.451,34}{R\$ 2.690.515,00} \times 100 = 99,21\%$

Indicador	Taxa de congestionamento processual geral do Poder Judiciário
Tipo de indicador	Efetividade
Período	Semestral
Polaridade	Menor melhor
O que mede	Capacidade do tribunal de dar vazão ao volume de processo que ingressam e manter um baixo nível de processos.
Onde Medir	Base de Dados do Sistema e-Proc.
Por que Medir	Para averiguar agilidade do movimento processual e garantir a razoável duração do processo
Como medir	1- (total de processos baixados / casos novos + casos pendentes) x 100
Linha de Base	66,60% (2014)

Distribuição da Meta	2016: 62,00%; 2017: 59,00%; 2018: 56,00%; 2019: 53,00%; 2020: 50,00%
Descrições	Esta meta abrange mensuração por instâncias: 1º grau, 2º grau, Juizados e Turmas Recursais. Em cada instância a meta a ser alcançada segue o disposto na distribuição. Para fins de cálculo, deve-se considerar os conceitos e valores do relatório justiça em números conforme resolução nº 76 do CNJ.
Resultado em 2020	73,70 % de taxa de congestionamento processual geral

OBJETIVO: 0218 - Promover práticas de resolução consensual de conflitos e demandas com a razoável duração do processo

O pilar fundamental é o fomento dos meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Busca estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

INDICADOR	LB	2017	2018	2019	2020	Execução da meta
Taxa de congestionamento processual (conhecimento + execução)	Reduzir para 50,00% a taxa de congestionamento processual geral do poder judiciário até 2020					
	66,60%	59,00 %	56,00%	53,00%	50,00%	67,84%
RESULTADO		70,10%	65,34%	67,00%	73,70%	
Índice de Julgamento dos Processos de Conhecimento	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente					
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	95,99%
RESULTADO		113,71%	100,00%	99,58%	95,99%	
Índice de acordos homologados	Attingir a taxa de 60,00% de efetividade das audiências de conciliação até 2020					
	-	57,00%	59,00%	59,00%	60,00%	100,00%
RESULTADO		-	64,01%	58,01%	61,02%	

Ação Orçamentária: 1077 - Promoção da efetividade da prestação jurisdicional

Nome da Ação		1077 - Promoção da efetividade da prestação jurisdicional							
Código da Categoria de Programação									
Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2020		Meta física Executada		Percentual de Execução			
Prestação Jurisdicional alcançada	%	25,00%		24,88%		99,52%			
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
33.90.36	0100	620.000,00	440.000,00	0,00	0,00	180.000,00	167.631,64	93,13%	12.368,36
33.90.39	0100	342.468,00	342.468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
33.90.40	0100	0,00	0,00	8.100,00	0,00	8.100,00	8.100,00	100,00%	0,00
33.90.92	0100	0,00	0,00	15.445,00	0,00	15.445,00	15.432,70	99,92%	12,30
44.90.52	0100	2.500.000,00	79.500,00	0,00	0,00	2.420.500,00	2.420.500,00	100,00%	0,00
TOTAL		3.462.468,00	861.698,00	23.545,00	0,00	2.624.045,00	2.611.664,34	99,53%	12.380,66

Comentários:

A ação orçamentária teve uma redução de crédito de R\$ 838.153,00 (oitocentos e trinta e oito mil cento e cinquenta e três reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Ancorou o índice de 99,53% (noventa e nove inteiros e cinquenta e três décimos) de execução orçamentária.

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 2.611.664,34 / R\$ 2.624.045,00 X 100 = 99,53%**

O PPA 2020/2023, apresenta as metas físicas, assim distribuídas:

Exercício	2017	2018	2019	2020
-----------	------	------	------	------

Meta prevista	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Meta alcançada	25,00%	20,76%	24,99%	24,88%
Grau de execução	100,00%	83,04%	99,96%	99,52%

Este programa foi materializado pelos projetos, a seguir anunciados, que demandaram as ações orçamentárias nele existentes.

1 - Audiências Criminais Telepresenciais - O projeto tem como escopo dotar as comarcas com sistema de audiência criminal por videoconferência, cujo objetivo é o de promover a economia e celeridade processual, segurança institucional e dos magistrados, além da redução de gastos. Este projeto encontra-se em fase de licitação para contratação de solução para implantação de Audiências Telepresenciais.

2 - Estruturação das Equipes Multidisciplinares - O projeto tem como finalidade o atendimento de todas as varas que demandem os serviços técnicos e específicos das equipes multidisciplinares que serão estruturadas, ao menos, com psicólogo, pedagogo e assistente social. Foram criados oito núcleos regionais de atendimento multidisciplinar de todo o Poder Judiciário Tocantinense.

3 - e-Plenário - O Projeto tem por finalidade proporcionar um ambiente virtual que possibilite aos Desembargadores processarem seus votos de forma eletrônica e o posterior julgamento por meio eletrônico (sessões virtuais) dos processos judiciais.

Ação Orçamentária: 2134 - Promoção das Práticas de Resolução Consensual de Conflitos

Nome da Ação		2134 - Promoção das Práticas de Resolução Consensual de Conflitos							
Código da Categoria de Programação									
Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2020			Meta física Executada		Percentual de Execução		
Conflitos solucionados	%	20,00%			17,38%		86,90%		
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
33.90.14	0100	50.000,00	41.493,00	0,00	0,00	8.507,00	8.506,21	99,99%	0,79
33.90.30	0100	50.000,00	47.090,00	0,00	0,00	2.910,00	2.909,33	99,98%	0,67
33.90.33	0100	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00%	3.000,00
33.90.36	0100	195.000,00	145.000,00	0,00	0,00	50.000,00	44.566,72	89,13%	5.433,28
33.90.39	0100	200.000,00	199.947,00	0,00	0,00	53,00	52,38	98,83%	0,62
33.90.92	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
33.90.93	0100	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	1.752,70	87,64%	247,30
44.90.52	0100	154.000,00	154.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,0
TOTAL		654.000,00	587.530,00	0,00	0,00	66.470,00	57.787,34	86,94%	8.682,66

Comentários:

A ação orçamentária sofreu uma redução de crédito de R\$ 587.530,00 (quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos e trinta reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos.

O índice de execução orçamentária foi de 86,94% (oitenta e seis inteiros e noventa e quatro décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 57.787,34 / R\$ 66.470,00 X 100 = 86,94%**

O PPA 2020/2023, apresenta as metas físicas, assim distribuídas:

Exercício	2017	2018	2019	2020
Meta prevista	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Meta alcançada	20,00%	10,87%	19,92%	17,38%
Grau de execução	100,00%	54,21%	99,60%	86,90%

Esta ação orçamentária suportou financeiramente os seguintes Projetos:

1 - Conciliação e Mediação no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense - O projeto tem por finalidade a implantação das determinações da Resolução 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, por meio do NUPEMEC e dos CEJUSC's para fortalecer as práticas autocompositivas de solução de conflitos de forma estratégica, célere, segura e eficaz no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. No ano de 2020 concluiu-se a implantação de todos os CEJUSC's das 42 comarcas bem como o CEJUSC de 2º Grau.

2 - Agentes da Paz - O projeto visa à adoção de soluções alternativas de conflito e o aprimoramento da gestão da justiça de forma preventiva, com aplicação nas escolas estaduais e municipais do Estado do Tocantins.

O Projeto tem como escopo aplicar as técnicas da justiça restaurativa no âmbito educacional, pois nas escolas existe uma multiplicidade de relações entre alunos, professores, funcionários, coordenação, direção, famílias e comunidade, constituindo uma rede relacional muito rica e complexa. Desta forma, surgem os conflitos, ou divergência de interesses entre duas ou mais pessoas sobre um determinado interesse ou bem, muitas vezes desaguando no Judiciário.

3 - PROFISCAL - Programa Eficiente de Impulso às Execuções Fiscais - O Programa tem por objetivo reduzir o acervo dos processos de execução fiscal, já em tramitação no Judiciário tocantinense, e redução da distribuição de novos processos de execução fiscal, mediante atuação na fase pré-processual.

PROGRAMA TEMÁTICO: 1169 - Desenvolvimento Estratégico

Programa	Desenvolvimento Estratégico
Objetivo	
Justificativa	
Prazo de Execução	
META ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRA	

Ação		Recursos (R\$)						Metas Físicas		
Nº	Descrição	Orçamento LOA	Orçamento Inicial Autorizado	Contingenciado	Orçamento Final Autorizado	Executado	% útil	Prev.	Exec.	% útil
1012	Aprimoramento da Gestão de Pessoas	1.857.000,00	1.857.000,00	0,00	800.000,00	800.000,00	100,00%	25,00%	25,00%	100,00%
1013	Aprimoramento da Gestão Institucional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	20,00%	0,00%	0,00%
1126	Aprimoramento da Gestão de custos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	40,00%	0,00%	0,00%
1128	Aprimoramento da Gestão de TI	1.485.000,00	1.485.000,00	0,00	1.187.758,00	1.187.757,41	99,99%	40,00%	40,00%	100,00%
TOTAL		3.342.000,00	3.342.000,00	0,00	1.987.758,00	1.987.757,41	99,99%	-	-	-

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: $\text{R\$ } 1.987.757,41 / \text{R\$ } 1.987.758,00 \times 100 = 99,99\%$

OBJETIVO: 0217 - Aprimorar práticas de gestão

INDICADOR	LB	2017	2018	2019	2020	Execução da meta
Índice do orçamento aplicado em capacitação	Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2020.					
	0,73%	0,90%	0,90%	0,90%	0,90%	Execução da meta: 72,22%
RESULTADO	0,73%	0,82%	0,92%	1,08%	0,65%	
Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 95,00% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2020					
	87,93%	90,00%	92,00%	94,00%	95,00%	Execução da meta: 70,49%
RESULTADO	-	99,70%	88,45%	94,38%	66,97%	

1012 - Aprimoramento da gestão de pessoas

Nome da Ação	1012 - Aprimoramento da Gestão de Pessoas									
Código da Categoria de Programação	0501.02.061.1169.1012									
Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2020			Meta física Executada		Percentual de Execução			
Gestão de pessoas aprimorada	%	25,00%			25,00%		100,00%			
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.30	0100	73.000,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
33.90.35	0100	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
33.90.39	0100	1.249.000,00	1.249.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
33.90.40	0100	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	800.000,00	100,00%	0,00	
44.90.52	0100	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL		1.857.000,00	1.857.000,00	800.000,00	0,00	800.000,00	800.000,00	100,00%	0,00	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu uma redução de crédito de R\$ 1.057.000,00 (um milhão, cinquenta e sete mil reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Teve o índice de execução orçamentária de 100,00% (cem inteiros)

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: $\text{R\$ } 800.000,00 / \text{R\$ } 800.000,00 \times 100 = 100,00\%$

O PPA 2020/2023, apresenta as metas físicas, assim distribuídas:

Exercícios	2017	2018	2019	2020
Meta prevista	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Meta alcançada	25,00%	24,25%	25,00%	25,00%
Grau de execução	100,00%	97,00%	100,00%	100,00%

Esta ação orçamentária suportou os seguintes Projetos:

1 - Programa Qualidade de Vida - O programa Qualidade de Vida no Trabalho tem como escopo a disseminação de conceitos e a implantação de ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida no trabalho, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, buscando contribuir com transformações que promovam bem-estar da sua força de trabalho, ou seja, magistrados e servidores. O programa se materializa por intermédio de projetos operacionais ou ações pontuais, cabendo destacar os seguintes:

1.1 - Judiciário na Medida - Buscou promover realização de atividades físicas como forma de prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida no trabalho. Melhorar interação entre os servidores, Promover prevenção de doenças circulatorias, cardiorrespiratórias, de ordem psicológica, bem como, as relacionadas ao trabalho e manter ação focal na prática de exercícios físicos regulares como promoção de saúde.

Para reduzir o sedentarismo e aumentar a motivação pela procura e prática de outras atividades físicas, elevar a autoestima, e conseqüentemente aumentar a disposição e rendimento/produtividade dentro do ambiente de trabalho.

Mitigar a incidência de atendimentos no Espaço Saúde em razão do surgimento de sintomas relacionados a doenças crônicas (diabetes, cardiovasculares e respiratórias) e outras associadas ao trabalho (coluna, DORT, LER).

2 - Gestão de Pessoas por Competências - Implantar o modelo de gestão de pessoas por competências para o Poder Judiciário do Estado do Tocantins que dê sustentação às ações de gestão com o objetivo de proporcionar um direcionamento mais eficaz no desenvolvimento necessário para suprir as necessidades institucionais.

O projeto tem como objetivos: a) mapeamento das competências técnicas gerenciais; b) avaliação das competências técnicas gerenciais (composta pela avaliação dos conhecimentos e habilidades que o servidor deve ter para executar suas atividades). c) programa de desenvolvimento gerencial.

3 - Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas - Aquisição, migração, parametrização, integração de sistemas legados, treinamento, manutenção técnica e atualizações de ferramenta integrada de gestão de pessoas, contemplando os módulos/sistemas: gestão de recursos humanos e folha de pagamento, diárias, avaliação de desempenho, homologação do estágio probatório, solicitação e acompanhamento de férias, substituição, designação dos magistrados, atualização cadastral e área médica.

Projetos custeados por esta ação orçamentária.

1-Programa TO Sustentável - Antigo projeto A3P que foi remodelado e aprovado pela alta gestão em 03/06/19. O programa TO Sustentável visa o atendimento à Resolução nº 201/2015 do CNJ, cujo objetivo é facilitar a implementação da Política Socioambiental no Poder Judiciário. O programa é composto por 3 projetos:

1.1 Plano de Logística Sustentável - Projeto cujo objetivo é instituir mecanismos de controle e monitoramento de ações socioambientais, com vistas ao aperfeiçoamento da redução de custos e eliminação de desperdícios.

1.2 Projeto Eficiência Energética - Projeto visa à instalação de usinas geradoras de energia elétrica por células fotovoltaicas, com vistas à redução do custo com energia elétrica fornecida pela concessionária. O projeto está em fase de elaboração e não teve execução física em 2020.

1.3 Projeto Reuso de Águas Cinzas - Projeto tem o objetivo instalação de mecanismos de captação, tratamento e reutilização da água das chuvas para fins não potáveis. O projeto está em fase de elaboração e não teve execução física em 2020

1128 - Aprimoramento da Gestão de TI

Nome da Ação		1128- Aprimoramento da Gestão de TI							
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1169.1128							
Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2020			Meta física Executada		Percentual de Execução		
TI aprimorada	%	40,00%			40,00%		100,00%		
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
33.90.14	0100	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
33.90.35	0100	1.350.000,00	1.349.999,89	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00%	0,11
33.90.37	0100	0,00	0,00	1.076.496,48	0,00	1.076.496,48	1.076.496,18	100,00%	0,30
33.90.39	0100	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
33.90.40	0100	0,00	0,00	99.009,00	0,00	99.009,00	99.008,82	100,00%	0,18
33.90.92	0100	0,00	0,00	12.252,41	0,00	12.252,41	12.252,41	100,00%	0,00
TOTAL		1.485.000,00	1.484.999,89	1.187.757,89	0,00	1.187.758,00	1.187.757,41	100,00%	0,59

Comentários:

A ação orçamentária sofreu uma redução de crédito de R\$ 297.242,00 (duzentos e noventa e sete mil e duzentos e quarenta e dois reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução de 100,00% (cem inteiros)

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 1.187.757,41 / R\$ 1.187.758,00 X 100 = 100,00%**

O PPA 2020/2023, apresenta as metas físicas, assim distribuídas:

Exercício	2017	2018	2019	2020
Meta prevista	0,00%	30,00%	30,00%	40,00%
Meta alcançada	0,00%	30,00%	16,67%	40,00%
Grau de execução	0,00%	100,00%	55,57%	100,00%

Esta ação orçamentária suportou os seguintes Projetos:

1 - Planejamento Estratégico de TIC - Planejar as ações na área da tecnologia da informação para garantir o uso racional dos recursos de TIC, desenvolver os recursos humanos, implementar inovações e garantir a infraestrutura necessária ao Poder Judiciário.

2 - Implantação de melhores práticas de Governança e Gestão de TIC - este projeto visa a implantação de Processos de Governança de TIC em conformidade com a Resolução 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como, atingir o nível aprimorado do indicador de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do CNJ - iGovTIC-JUD.

PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Programa		1145 - Gestão e Manutenção do Tribunal de Justiça								
Objetivo										
Justificativa										
Prazo de Execução										
META ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA										
Nº	Ação	Descrição	Recursos (R\$)				Metas Físicas			
			Orçamento LOA	Orçamento Inicial Autorizado	Contingenciado	Orçamento Final Autorizado	Executado	% útil	Prev.	Exec.
1095	Aparelhamento das unidades do Poder Judiciário	1.937.275,00	1.937.275,00	0,00	15.200,00	15.200,00	100,00%			
1100	Modernização do Parque tecnológico do Poder Judiciário do Tocantins	1.940.840,00	1.940.840,00	0,00	1.232.352,00	1.232.352,00	100,00%			
1101	Obras e Infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins	21.343.190,00	21.343.190,00	0,00	1.767.168,00	1.460.534,38	82,64%			
2163	Adiantamento de recursos ao Tribunal de Justiça e Unidades do Poder Judiciário	63.360,00	63.360,00	0,00	3.054,00	3.052,53	99,95%			
2179	Concessão de Auxílios a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário	43.417.765,00	43.417.765,00	0,00	62.216.490,00	62.199.856,15	99,97%			
2174	Capacitação de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário	1.317.750,00	1.317.750,00	0,00	775.434,00	775.191,61	99,96%			
2181	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da ESMAT	3.429.668,00	3.429.668,00	0,00	1.922.735,00	1.921.829,92	99,95%			
2205	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Tribunal de Justiça e Comarcas	18.157.455,00	18.157.455,00	0,00	3.531.759,00	3.483.522,62	98,63%			
2206	Coordenação e Manutenção da Corregedoria Geral da Justiça	1.626.433,00	1.626.433,00	0,00	718.292,00	714.197,59	99,42%			
2213	Incremento da Segurança Institucional	6.957.768,00	6.957.768,00	0,00	5.335.708,00	5.335.705,40	99,99%			
2224	Manutenção de Recursos Humanos	432.983.179,00	432.983.179,00	0,00	452.466.583,00	448.555.549,93	99,13%			
2249	Manutenção dos Serviços de Informática	7.771.839,00	7.771.839,00	0,00	4.857.976,00	4.857.974,18	99,99%			
2277	Manutenção de Serviços de Transporte	112.000,00	112.000,00	0,00	69.438,00	69.437,41	99,99%			
6009	Concessão de Direitos Adquiridos a Magistrados e Servidores	11.757.565,00	11.757.565,00	0,00	18.640.231,00	18.583.402,84	99,69%			
6013	Concessão de Indenização de transporte a oficiais de justiça	3.012.387,00	3.012.387,00	0,00	3.033.662,00	3.017.598,91	99,47%			
1141	Suporte a convênios e repasses	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%			

1104	Renovação e ampliação da frota de veículos	1.618.000,00	1.618.000,00	0,00	1.066.587,00	1.066.586,67	99,99%		
6014	Concessão de parcela autônoma de equivalência a magistrados do Poder Judiciário	22.758.475,00	22.758.475,00	0,00	25.382.475,00	25.382.456,98	99,99%		
Total do Programa		580.254.949,00	580.254.949,00	0,00	583.035.144,00	578.674.449,12	99,25%		

Índice de Execução: R\$ 578.674.449,12 / R\$ 583.035.144,00 X 100 = 99,25%

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ação: Aparelhamento das unidades do Poder Judiciário

Nome da Ação		Aparelhamento das unidades do Poder Judiciário							
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.1095							
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
44.90.52	0100	1.937.275,00	1.922.075,00	0,00	0,00	15.200,00	15.200,00	100,00%	0,00
TOTAL		1.937.275,00	1.922.075,00	0,00	0,00	15.200,00	15.200,00	100,00%	0,00

Comentários:

A ação orçamentária sofreu um redução de crédito de R\$ 1.922.075,00 (um milhão novecentos e vinte e dois mil e setenta e cinco reais). Os recursos orçamentários foram destinados e investimento em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 100,00% (cem inteiros).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 15.200,00 / R\$ 15.200,00 X 100 = 100,00%**

Ação: Modernização do Parque Tecnológico do Poder Judiciário do Tocantins

Nome da Ação		Modernização do Parque tecnológico do Poder Judiciário do Tocantins							
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.1100							
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
44.90.52	0100	1.940.840,00	708.488,00	0,00	0,00	1.232.352,00	1.232.352,00	100,00%	0,00
TOTAL		1.940.840,00	708.488,00	0,00	0,00	1.232.352,00	1.232.352,00	100,00%	0,00

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 708.488,00 (setecentos e oito mil quatrocentos e oitenta e oito reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 100,00% (cem inteiros).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 1.232.352,00 / R\$ 1.232.352,00 X 100 = 100,00%**

Ação: Obras e Infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins

Nome da Ação		Obras e Infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins							
Código da Categoria de Programação		0501.02.122.1145.1101							
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	% de Execução	Saldo
33.90.30	0100	1.105.000,00	740.354,00	0,00	0,00	364.646,00	364.645,75	100,00%	0,25
33.90.39	0100	0,00	0,00	198.090,00	0,00	198.090,00	198.090,00	100,00%	0,00
44.90.51	0100	20.037.275,00	18.832.843,00	0,00	0,00	1.204.432,00	897.798,63	74,54%	306.633,37
44.90.52	0100	200.915,00	200.915,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
44.90.61	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
45.90.61	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
TOTAL		21.343.190,00	19.774.112,00	198.090,00	0,00	1.767.168,00	1.460.534,38	82,64%	306.633,62

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 19.576.022,00 (dezenove milhões quinhentos e setenta e seis mil vinte e dois reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 82,64% (oitenta e dois inteiros e sessenta e quatro décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 1.460.534,38 / R\$ 1.767.168,00 X 100 = 82,64%**

Ação: Adiantamento de recursos ao Tribunal de Justiça e Unidades do Poder Judiciário

Nome da Ação		Adiantamento de recursos ao Tribunal de Justiça e Unidades do Poder Judiciário							
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.2163							
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
33.90.30	0100	26.400,00	25.296,00	0,00	0,00	1.104,00	1.103,52	99,95%	0,48
33.90.36	0100	8.800,00	7.260,00	0,00	0,00	1.540,00	1.540,00	100,00%	0,00
33.90.39	0100	26.400,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
33.90.47	0100	1.760,00	1.350,00	0,00	0,00	410,00	409,01	99,75%	0,99
TOTAL		63.360,00	60.306,00	0,00	0,00	3.054,00	3.052,53	99,95%	1,47

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 60.306,00 (sessenta mil trezentos e seis reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,95% (noventa e nove inteiros e noventa e cinco décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 3.052,53 / R\$ 3.054,00 X 100 = 99,95%**

Ação: Concessão de Auxílios a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

Nome da Ação		Concessão de Auxílios a Magistrados e Servidores do Poder Judiciário								
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.2179								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.08	0100	114.337,00	0,00	19.615.105,36	0,00	19.729.442,36	19.722.649,13	99,97%	6.793,23	
33.90.46	0100	43.146.000,00	711.275,00	0,00	0,00	42.434.725,00	42.428.007,02	99,98%	6.717,98	
33.90.92	0100	0,00	0,00	3.122,64	0,00	3.122,64	0,00	0,00%	3.122,64	
33.90.93	0100	157.428,00	108.228,00	0,00	0,00	49.200,00	49.200,00	100,00%	0,00	
TOTAL		43.417.765,00	819.503,00	19.618.228,00	0,00	62.216.490,00	62.199.856,15	99,97%	16.633,85	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu aporte de crédito de R\$ 18.798.725,00 (dezoito milhões setecentos e noventa e oito mil setecentos e vinte e cinco reais). Os recursos orçamentários foram oriundos da ação de manutenção de recursos humanos do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,97% (noventa e nove inteiros e noventa e sete décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 62.199.856,15 / R\$ 62.216.490,00 X 100 = 99,97%**

Ação: Capacitação de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário

Nome da Ação		Capacitação de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário								
Código da Categoria de Programação		0501.02.128.1145.2174								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.50.41	0100	515.000,00	515.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
33.90.35	0100	147.000,00	144.500,00	0,00	0,00	2.500,00	2.258,06	90,32%	241,94	
33.90.36	0100	195.750,00	27.510,00	0,00	0,00	168.240,00	168.240,00	100,00%	0,00	
33.90.39	0100	460.000,00	0,00	144.694,00	0,00	604.694,00	604.693,55	99,99%	0,45	
TOTAL		1.317.750,00	687.010,00	144.694,00	0,00	775.434,00	775.191,61	99,96%	242,39	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 542.316,00 (quinhentos e quarenta e dois mil trezentos e dezesseis reais). Os recursos orçamentários foram destinados a investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,96% (noventa e nove inteiros e noventa e seis décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 775.191,61 / R\$ 775.434,00 X 100 = 99,96%**

Ação: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da ESMAT

Nome da Ação		Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da ESMAT								
Código da Categoria de Programação		0501.02.122.1145.2181								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.14	0100	830.000,00	763.941,00	0,00	0,00	66.059,00	65.156,79	98,63%	902,21	
33.90.30	0100	375.000,00	101.276,00	0,00	0,00	273.724,00	273.723,29	99,99%	0,71	
33.90.31	0100	0,00	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00	5.500,00	100,00%	0,00	
33.90.33	0100	0,00	0,00	1.621,00	0,00	1.621,00	1.620,64	99,97%	0,36	
33.90.36	0100	0,00	0,00	12.282,00	0,00	12.282,00	12.281,17	99,99%	0,83	
33.90.39	0100	1.522.124,00	52.389,00	0,00	0,00	1.469.735,00	1.469.734,65	100,00%	0,35	
33.90.92	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
33.90.93	0100	80.000,00	74.066,00	0,00	0,00	5.934,00	5.933,98	100,00%	0,02	
44.90.52	0100	622.544,00	534.664,00	0,00	0,00	87.880,00	87.879,40	99,99%	0,60	
TOTAL		3.429.668,00	1.526.336,00	19.403,00	0,00	1.922.735,00	1.921.829,92	99,95%	905,08	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 1.506.933,00 (um milhão quinhentos e seis mil novecentos e trinta e três reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,95% (noventa e nove inteiros e noventa e cinco décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 1.921.829,92 / R\$ 1.922.735,00 X 100 = 99,95%**

Ação: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Tribunal de Justiça e Comarcas

Nome da Ação		Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos do Tribunal de Justiça e Comarcas								
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.2205								

METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.14	0100	1.654.387,00	1.072.114,00	0,00	0,00	582.273,00	566.034,04	97,21%	16.238,96	
33.90.15	0100	0,00	0,00	85.142,00	0,00	85.142,00	81.120,52	95,28%	4.021,48	
33.90.30	0100	644.809,00	635.275,00	0,00	0,00	9.534,00	9.533,25	99,99%	0,75	
33.90.33	0100	1.593.042,00	1.407.036,00	0,00	0,00	186.006,00	183.034,35	98,40%	2.971,65	
33.90.36	0100	168.000,00	44.008,00	0,00	0,00	123.992,00	109.668,59	88,45%	14.323,41	
33.90.37	0100	13.782.816,00	11.647.255,67	0,00	0,00	2.135.560,33	2.135.560,04	100,00%	0,29	
33.90.39	0100	214.401,00	144.723,00	0,00	0,00	69.678,00	69.677,42	99,99%	0,58	
33.90.47	0100	20.000,00	0,00	20.131,67	0,00	40.131,67	40.131,38	99,99%	0,29	
33.90.92	0100	0,00	0,00	13.095,00	0,00	13.095,00	6.452,18	49,27%	6.642,82	
33.90.93	0100	80.000,00	0,00	206.347,00	0,00	286.347,00	282.310,85	98,59%	4.036,15	
TOTAL		18.157.455,00	14.950.411,67	324.715,67	0,00	3.531.759,00	3.483.522,62	98,63%	48.236,38	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 14.625.696,00 (quatorze milhões seiscentos e vinte e cinco mil seiscentos e noventa e seis reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos, pagamentos de auxílios e passivos de magistrados e servidores e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Ancorou índice de execução orçamentária de 98,63% (noventa e oito inteiros e sessenta e três décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 3.483.522,62 / R\$ 3.531.759,00 X 100 = 98,63%**

Ação: Coordenação e Manutenção da Corregedoria Geral da Justiça

Nome da Ação		Coordenação e Manutenção da Corregedoria Geral da Justiça								
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.2206								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.14	0100	870.193,00	831.119,00	0,00	0,00	39.074,00	34.981,14	89,52%	4.092,86	
33.90.33	0100	0,00	0,00	1.621,00	0,00	1.621,00	1.620,64	99,97%	0,36	
33.90.39	0100	720.240,00	42.762,00	0,00	0,00	677.478,00	677.477,20	99,99%	0,80	
33.90.93	0100	5.000,00	4.881,00	0,00	0,00	119,00	118,61	99,67%	0,39	
44.90.52	0100	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL		1.626.433,00	909.762,00	1.621,00	0,00	718.292,00	714.197,59	99,43%	4.094,41	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 908.141,00 (novecentos e oito mil cento e quarenta e um reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Ancorou índice de execução orçamentária de 99,43% (noventa e nove inteiros e quarenta e três décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 714.197,59 / R\$ 718.292,00 X 100 = 99,43%**

Ação: Incremento da Segurança Institucional

Nome da Ação		Incremento da Segurança Institucional								
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.2213								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.15	0100	262.248,00	262.248,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
33.90.30	0100	29.432,00	4.017,00	0,00	0,00	25.415,00	25.414,04	99,99%	0,96	
33.90.37	0100	5.805.732,00	1.062.239,00	0,00	0,00	4.743.493,00	4.743.491,52	100,00%	1,48	
33.90.39	0100	650.356,00	84.039,57	0,00	0,00	566.316,43	566.316,27	100,00%	0,16	
33.90.92	0100	0,00	0,00	483,57	0,00	483,57	483,57	100,00%	0,00	
44.90.52	0100	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL		6.957.768,00	1.622.543,57	483,57	0,00	5.335.708,00	5.335.705,40	99,99%	2,60	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 1.622.060,00 (um milhão seiscentos e vinte e dois mil e sessenta reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Ancorou índice de execução orçamentária de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 5.335.705,40 / R\$ 5.335.708,00 X 100 = 99,99%**

Ação: Manutenção de Recursos Humanos

Nome da Ação		Manutenção de Recursos Humanos								
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.2224								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
31.90.04	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
31.90.11	0100	361.632.136,00	0,00	9.129.164,17	0,00	370.761.300,17	366.855.064,61	98,94%	3.906.235,56	
31.90.13	0100	13.996.010,00	3.024.642,00	0,00	0,00	10.971.368,00	10.966.572,37	99,95%	4.795,63	
31.90.92	0100	0,00	0,00	110.666,00	0,00	110.666,00	110.665,59	99,99%	0,41	
31.90.94	0100	9.165.026,00	0,00	3.074.689,83	0,00	12.239.715,83	12.239.714,92	100,00%	0,91	
31.90.96	0100	180.000,00	59.734,00	0,00	0,00	120.266,00	120.265,95	100,00%	0,05	
31.91.13	0100	48.010.007,00	0,00	10.253.260,00	0,00	58.263.267,00	58.263.266,49	100,00%	0,51	
TOTAL		432.983.179,00	3.084.376,00	22.567.780,00	0,00	452.466.583,00	448.555.549,93	99,13%	3.911.033,07	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu aporte de crédito de R\$ 19.483.404,00 (dezenove milhões quatrocentos e oitenta e três mil quatrocentos e quatro reais). Os recursos orçamentários foram oriundos da ação de obras e

infraestrutura, manutenção dos serviços de informática e manutenção dos serviços administrativas do Tribunal de Justiça e unidades de Comarca do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,13% (noventa e nove inteiros e treze décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 448.555.549,93 / R\$ 452.466.583,00 X 100 = 99,13%**

Ação: Manutenção dos Serviços de Informática

Nome da Ação		Manutenção dos Serviços de Informática								
Código da Categoria de Programação		0501.02.126.1145.2249								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.50.41	0100	0,00	0,00	295.606,00	0,00	295.606,00	295.605,86	100,00%	0,14	
33.90.30	0100	456.534,00	70.743,00	0,00	0,00	385.791,00	385.790,41	99,99%	0,59	
33.90.35	0100	332.960,00	314.292,00	0,00	0,00	18.668,00	18.667,20	99,99%	0,80	
33.90.40	0100	6.773.679,00	2.702.496,24	0,00	0,00	4.071.182,76	4.071.182,47	100,00%	0,29	
33.90.41	0100	208.666,00	208.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
33.90.92	0100	0,00	0,00	86.728,24	0,00	86.728,24	86.728,24	100,00%	0,00	
TOTAL		7.771.839,00	3.296.197,24	382.334,24	0,00	4.857.976,00	4.857.974,18	99,99%	1,82	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 2.913.863,00 (dois milhões novecentos e treze mil oitocentos e sessenta e três reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos, modernização do parque tecnológico e investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 4.857.974,18 / R\$ 4.857.976,00 X 100 = 99,99%**

Ação: Manutenção de Serviços de Transporte

Nome da Ação		Manutenção de Serviços de Transporte								
Código da Categoria de Programação		0501.02.122.1145.2277								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.30	0100	60.000,00	0,00	1.687,85	0,00	61.687,85	61.687,41	99,99%	0,44	
33.90.39	0100	40.000,00	32.250,00	0,00	0,00	7.750,00	7.750,00	100,00%	0,00	
33.90.47	0100	12.000,00	11.999,85	0,00	0,00	0,15	0,00	0,00%	0,15	
TOTAL		112.000,00	44.249,85	1.687,85	0,00	69.438,00	69.437,41	99,99%	0,59	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 42.562,00 (quarenta e dois mil quinhentos e sessenta e dois reais). Os recursos orçamentários foram destinados à manutenção de recursos humanos do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 69.437,41 / R\$ 69.438,00 X 100 = 99,99%**

Ação: Concessão de Direitos Adquiridos a Magistrados e Servidores

Nome da Ação		Concessão de Direitos Adquiridos a Magistrados e Servidores								
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.6009								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
31.90.92	0100	10.525.084,00	0,00	8.082.568,00	0,00	18.607.652,00	18.550.848,08	99,69%	56.803,92	
31.91.92	0100	1.232.481,00	1.199.902,00	0,00	0,00	32.579,00	32.554,76	99,92%	24,24	
TOTAL		11.757.565,00	1.199.902,00	8.082.568,00	0,00	18.640.231,00	18.583.402,84	99,69%	56.828,16	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu aporte de crédito de R\$ 6.882.666,00 (seis milhões oitocentos e oitenta e dois mil seiscentos e sessenta e seis reais). Os recursos orçamentários foram oriundos de manutenção de recursos humanos, modernização do parque tecnológico, renovação e ampliação da frota de veículos, manutenção dos serviços administrativos da Corregedoria Geral de Justiça, segurança institucional, aprimoramento da gestão de pessoas e manutenção dos serviços administrativos do Tribunal de Justiça e unidades de Comarca do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,69% (noventa e nove inteiros e sessenta e nove décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 15.583.402,84 / R\$ 18.640.231,00 X 100 = 99,69%**

Ação: Concessão de Indenização de transporte a oficiais de justiça

Nome da Ação		Concessão de Indenização de transporte a oficiais de justiça								
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.6013								
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS										
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo	
33.90.93	0100	3.012.387,00	0,00	21.275,00	0,00	3.033.662,00	3.017.598,91	99,47%	16.063,09	
TOTAL		3.012.387,00	0,00	21.275,00	0,00	3.033.662,00	3.017.598,91	99,47%	16.063,09	

Comentários:

A ação orçamentária sofreu aporte de crédito de R\$ 21.275,00 (vinte e um mil duzentos e setenta e cinco reais). Os recursos orçamentários foram oriundos do pagamento de auxílios a magistrados e servidores do Poder

Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,47% (noventa e nove inteiros e quarenta e sete décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 3.017.598,91 / R\$ 3.033.662,00 X 100 = 99,47%****Ação: Concessão de parcela autônoma de equivalência a magistrados do Poder Judiciário**

Nome da Ação		Concessão de parcela autônoma de equivalência a magistrados do Poder Judiciário							
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.6014							
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
31.90.92	0100	20.758.183,00	0,00	2.397.065,00	0,00	23.155.248,00	23.155.243,38	100,00%	4,62
31.91.92	0100	2.000.292,00	0,00	226.935,00	0,00	2.227.227,00	2.227.213,60	99,99%	13,40
TOTAL		22.758.475,00	0,00	2.624.000,00	0,00	25.382.475,00	25.382.456,98	99,99%	18,02

Comentários:

A ação orçamentária sofreu aporte de crédito de R\$ 2.624.000,00 (dois milhões seiscentos e vinte e quatro mil reais). Os recursos orçamentários foram oriundos de investimentos em obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 25.382.456,98 / R\$ 25.382.475,00 X 100 = 99,99%****Ação: Renovação e ampliação da frota de veículos**

Nome da Ação		Renovação e ampliação da frota de veículos							
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.1104							
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
44.90.52	0100	1.618.000,00	551.413,00	0,00	0,00	1.066.587,00	1.066.586,67	99,99%	0,33
TOTAL		1.618.000,00	551.413,00	0,00	0,00	1.066.587,00	1.066.586,67	99,99%	0,33

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução de crédito de R\$ 551.413,00 (quinhentos e cinquenta e um mil quatrocentos e treze reais). Os recursos orçamentários foram destinados ao pagamento de direitos adquiridos (passivos) de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Tocantins.

Alcançou índice de execução orçamentária de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos).

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 1.066.586,67 / R\$ 1.066.587,00 X 100 = 99,99%****Ação: Suporte a convênios e repasses**

Nome da Ação		Suporte a convênios e repasses							
Código da Categoria de Programação		0501.02.061.1145.1141							
METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS									
Grupo Despesas	Fonte	Orçamento Inicial LOA	Redução	Créditos Adicionais	Contingenciado	Autorizado	Empenhado	Percentual de Execução	Saldo
33.90.30	0100	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
44.90.52	0100	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
TOTAL		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00

Comentários:

A ação orçamentária sofreu redução total de crédito de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Os recursos orçamentários foram destinados a obras e infraestrutura do Poder Judiciário do Tocantins.

Índice de Eficiência da Execução Orçamentária: **R\$ 0,00 / R\$ 0,00 X 100 = 0,00%****CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS**

Nº	Descrição	Orçamento LOA	Orçamento Inicial Autorizado	Contingenciado	Orçamento Final Autorizado	Executado	% útil	Meta física Prev.	Meta física Exec.	% útil
1168	Efetividade da Prestação Jurisdicional	4.116.468,00	4.116.468,00	0,00	2.690.515,00	2.669.451,68	99,21%			
1169	Desenvolvimento Estratégico	3.342.000,00	3.342.000,00	0,00	1.987.758,00	1.987.757,41	99,99%			
1145	Gestão e Manutenção do Tribunal de Justiça	580.254.949,00	580.254.949,00	0,00	583.035.144,00	578.674.449,12	99,25%			
TOTAL		587.713.417,00	587.713.417,00	0,00	587.713.417,00	583.331.658,21	99,25%			

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Demonstração do total de despesas correntes e de capital do Tribunal de Justiça com indicação do percentual de utilização do recurso destinado a cada categoria.

Categoria Econômica	Orçamento LOA	Orçamento inicial autorizado	Contingenciado	Orçamento final autorizado	Executado	%	Saldo
Despesas Correntes - Recursos ordinários administração direta	558.421.568,00	581.686.466,00	0,00	581.686.466,00	577.611.341,51	99,29%	4.075.124,49
Despesas de Capital - Recursos ordinários administração direta	29.291.849,00	6.026.951,00	0,00	6.026.951,00	5.720.316,70	94,91%	306.634,30
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
TOTAL	587.713.417,00	587.713.417,00	0,00	587.713.417,00	583.331.658,21	99,25%	4.381.758,79

Índice de Execução: **R\$ 583.331.658,21 / R\$ 587.713.417,00 X 100 = 99,25%**

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS**Licitações, Dispensas, Inexigibilidades e Leilões**

Com a utilização do pregão eletrônico como principal modalidade de aquisição de bens e serviços, o Tribunal de Justiça do Tocantins busca uma maior possibilidade de concorrência, bem como, dar maior transparência nas aquisições realizadas, procurando sempre o melhor preço, de mercado, para a Administração.

Apresentamos abaixo o quadro geral de acordo com a modalidade de licitação utilizada para as aquisições de bens, serviços e contratações diversas.

Modalidade	Quantidade	Valor Total (R\$)
Pregão Presencial	00	R\$ 0,00
Pregão Eletrônico	95	R\$ 56.524.395,76*
Tomada de Preços	00	R\$ 0,00
Concorrência	13	R\$ 9.429.892,62*
Convite	00	R\$ 0,00
Leilão	00	R\$ 0,00
Dispensas	32	R\$ 2.270.600,17
Inexigibilidade	118	R\$ 1.892.066,11
TOTAL	258	R\$ 70.116.954,66

Obs: * Os valores apresentados neste relatório são parciais e podem sofrer alterações, à medida que certames, realizados em 2020, forem sendo homologados, revogados ou julgados os recursos.

Contratos.

No exercício de 2020 foram firmados 221 (duzentos e vinte e um) contratos, totalizando a importância de R\$ 62.205.286,21 (sessenta e dois milhões, duzentos e cinco mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos). Os contratos visam atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, quais sejam: serviços de correios; agenciamento de viagens aéreas nacionais e internacionais; publicação de editais de licitações; hospedagem com alimentação; manutenção de piscina/CEI; ferramenta de pesquisas Banco de Preços; *buffet*; decoração com arranjos de flores naturais; controle de vetores e pragas; lavagem a seco persianas, material em juta, blackout, carpetes, poltronas e cadeiras; água mineral; instalação de persiana vertical, cortinas e película de controle solar; lavagem de veículos; serviços especializados de exames laboratoriais e complementares, análise por DNA para investigação de vínculo genético de parentesco; serviços continuados nas áreas de limpeza e conservação, copeiragem, recepção, limpeza de jardins, postos de serviços de marceneiro, carregador, jardineiro, copeira, recepcionista, servente, lavador de fachada, encarregado; reabastecimento de gás; serviço técnico especializado continuado na modalidade de fábrica de software; suporte técnico do Sistema Operacional Microsoft Windows Server 2016 e licenciamento de dispositivos de acesso; serviço e impressão corporativa outsourcing; *clipping* jornalístico; assistência técnica, com fornecimento de peças e consumíveis, monitoramento remoto *on-line* dos dispositivos, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e subsistemas do Ambiente de Alta Disponibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - AAD-TJTO; instituição de apoio e incentivo ao ensino do Projeto Pedagógico do Centro de Educação Infantil deste Tribunal de Justiça - CEI e da Brinquedoteca do Fórum de Palmas/TO; manutenção preventiva e corretiva de transformadores, disjuntores, seccionadoras, reles de proteção, capacitores, grupos geradores e demais equipamentos de energia elétrica em cabines abrigadas; reforma e adequações de imóveis; manutenção corretiva em purificadores de água; serviços de revisão em garantia de veículos; recarga de extintores de incêndio com reposição de peças e acessórios; serviços de fornecimento, retirada, instalação e manutenção de vidros; profissional especializado, do setor artístico, em produção de Obra de Arte de pintura em óleo sobre tela, visando à composição e atualização da Galeria dos Ex-Presidentes e Galeria dos Desembargadores do Tribunal de Justiça; contratação de empresa de Arquitetura/Engenharia; instalação, manutenção, remoção e recuperação de forros e paredes em divisórias de gesso acartonado com emassamento, pintura acrílica e outros serviços de criação e desmembramento de salas e anexos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; construção do novo Fórum da Comarca de Cristalândia e Araguaçema; contratação de empresa especializada na área de produção cultural do programa "Por Dentro do Palácio da Justiça"; aquisição: mobiliários, poltronas, mesas, longarinas, frigobar; material de consumo; kit caneca para água e café; porta-pallets; materiais gráficos; gêneros alimentícios; carimbos; álcool em gel; tapetes; confecção e fornecimento de becas, togas, e capas talares; materiais de expediente; pneus; aparelhos de ar condicionados; suprimentos de informática; nobreaks; computadores avançados desktop com monitor; notebooks; scanners de documentos; solução de segurança Firewall; aparelhos televisores; monitores de vídeo; solução de BI-Click Sense; dispositivos para redes sem-fio (wireless); servidores em rack 19", solução de videoconferência, contemplada com hardware, software, recursos de gravação, instalação, suporte técnico, garantia e treinamento; certificado digital; trajes sociais para os agentes de segurança da Assessoria Militar; placas em alumínio, aço inox, alto relevo e placas de identificação; equipamentos e suprimentos audiovisuais; veículos automotores sedan, micro-ônibus, caminhonete; água mineral; cédulas de identidade funcional; doses de vacina influenza quadrivalentes; assinatura anual dos periódicos; acesso ao sistema web "Gestão Tributária", ferramenta de consulta online, Biblioteca Digital; Revista dos Tribunais Online Clássico; contratação de profissional, de caráter temporário; curso formação de auditores internos; consultoria técnica; locação de imóveis; dentre outros.

DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Nada a considerar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Poder Judiciário do Estado do Tocantins, alcançou o índice de 99,25% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco décimos) de eficiência na execução do orçamento do Tribunal de Justiça, fonte 0100, aprovado para o exercício de 2020, em relação ao valor efetivamente autorizado.

Observa-se, que nem sempre é possível uma execução de 100,00% (cem inteiros) do orçamento aprovado, haja vista a distância temporal, superior a um ano, entre o planejamento e a a execução dos projetos e atividades.

Ademais, a Administração deve usar o planejamento como norte a ser perseguido, mas não pode ser ele completamente estático, sob pena de tornar ineficiente a máquina pública.

Desta forma, primando especialmente pelos princípios da legalidade e da eficiência, ao longo deste relatório foram demonstradas todas as movimentações financeiras realizadas para permitir a execução das atividades necessárias ao cumprimento da missão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, que é **"garantir a distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz"**.

Desembargador HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Presidente

JONAS DEMOSTENE RAMOS

Diretor Geral

JOÃO ORNATO BENIGNO BRITO

Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

ÉCIO MARQUES DA SILVA

Assessor de Planejamento e Orçamento



Documento assinado eletronicamente por **Écio Marques da Silva, Analista Judiciário**, em 18/02/2021, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Ornato Benigno Brito, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos**, em 18/02/2021, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 19/02/2021, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, Desembargador**, em 19/02/2021, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3555320** e o código CRC **676B1B02**.